



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 35.044 / 2023
Rubrica: pm. Fls: 02

Comprovante de Protocolização

Prezado(a) Senhor(a) **INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA**, comunicamos que o registro abaixo foi efetuado com sucesso e que o mesmo já foi encaminhado para o(s) devido(s) setor(es) competente(s) para as devidas providências

Protocolo: Processo Requerimento Nº 035044/2023

Origem: INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA

, - - - - CEP: ____ - ____

Contato: INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA

, - - - - CEP: ____ - ____

Protocolador: ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA

A **nto:** RECURSO

Detalhamento: RECURSO

Informamos também que o andamento do mesmo pode ser acompanhado via internet. Para isso basta acessar o endereço abaixo ou escanear o QR CODE, e quando requerido, o identificador também deve ser informado para realizar a

Endereço: <https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Identificador e9e128cf-0ed2-4832-ae26-98c3628d9fce

Data: 27/12/2023



▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Ref: Pregão Eletrônico nº 209/2023 – Processo administrativo nº 15.887/2023

INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA., empresa inscrita no CNPJ sob o nº 40.494.483/0001-42, com fulcro no Item 19 do Edital, no artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e no inciso XVIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02 vem, à presença de Vossas Senhorias apresentar as razões de seu RECURSO ADMINISTRATIVO frente a decisão que habilitou a empresa MNJ Comércio de Alimentos LTDA no Lote 1.

DA TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que, em 19/04/2023 fora concedido prazo de 30 minutos para manifestação de qualquer dos Licitantes interessados em recorrer apresentarem suas intenções de recurso e, após três dias, apresentarem suas razões recursais, cujo termo final se dará em 22/12/2023, razão pela qual deve este ser conhecido e julgado.

DO EFEITO SUSPENSIVO

Requer seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso, haja vista que a execução do ato com o prosseguimento do certame gerará danos irreparáveis tanto ao interesse público como às empresas licitantes, pedido feito com esteio no art. 61, § único, da Lei nº 9.784/99:

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

[...]

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Mesmo porque se trata do caso previsto no §2º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

(...)

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

Portanto, presentes estão as condições para concessão do efeito suspensivo ao presente recurso.

DOS FATOS

Trata-se de Pregão Eletrônico cujo objeto é a Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFECCÃO DA MERENDA ESCOLAR nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2024.

A Recorrida foi indevidamente habilitada no Lote 1, apesar de ter apresentado proposta inexequível para itens do Lote 1.

Em que se pese o máximo respeito à Comissão de Apoio ao pregão, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie e aos princípios das licitações, devendo ser reformada, como ficará demonstrado adiante.

DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrida apresentou proposta para os itens "ALHO" no valor de R\$ 0,01/kg (0,054% do estimado) E "LARANJA SELETA" no valor de R\$ 0,52/kg (9,96% do estimado), o que representa respectivamente uma redução de 99,946% e 90,04% para os itens, tornando o preço apresentado para os itens inexequível.

A inexequibilidade de preços nas licitações públicas implica na possibilidade de desclassificação de uma proposta cujo preço é manifestamente insuficiente para cobrir os custos de produção, portanto sem condições de ser cumprida. Ou ainda, diante do altíssimo risco de depreender-se tempo e recursos públicos, adjudicando o objeto do certame àquela proponente sem, no fim, obter o resultado almejado.

O respeitado Prof. Jesse Torres assim assevera sobre o preço inexequível, ou inviável, como prefere denominar: Preço inviável é aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que a levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegítimamente, inclusive asfixiando competidores de menor porte. São hipóteses previstas na Lei nº 4.137, de

Para Hely Lopes Meireles, evidencia-se a inexecuibilidade de preços nas seguintes situações:

[...] A inexecuibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração. (MEIRELES, 2010, p. 202).

Pela Lei de Licitações artigo 48, Inciso II, §1º, alíneas a e b, preço inexecuível é aquele que não demonstra sua viabilidade de execução por meio de dados e documentos que comprovem que seus custos e coeficientes de produtividade são compatíveis com o objeto contratado.

De acordo com a legislação é considerado preço inexecuível aquele que é 70% menor que o valor orçado pela Administração Pública, ou ainda que seja 70% menor que a média aritmética dos valores das propostas superiores a 50%.

A Administração Pública, por meio do pregoeiro, ao julgar as propostas do Pregão analisa os preços tendo como parâmetro o valor estimado. A proposta vencedora deverá atender às exigências do edital e ofertar o menor preço para que seja consagrada vencedora do certame.

Quando analisado o menor preço ofertado pelo licitante, poderá ocorrer do pregoeiro se deparar com a possibilidade da proposta ser inexecuível.

A Lei de Licitações, em seu art. 48, inciso II, § 1º, prevê a desclassificação de propostas contendo preços inexecuíveis, assim considerados aqueles que "não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente" (MENDES, Renato Geraldo).

Tal previsão legislativa destina-se, a um só tempo, a: a) minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir e b) tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.

A qualidade do valor orçado pela Administração é questão de destacada pelo notável Prof. Carlos Motta, para a aferição da proposta apresentada na licitação: 'Destarte, e em resumo, o critério descrito no art. 48, notadamente, no § 1º, almeja aferir parâmetros de concretude, seriedade e firmeza da proposta. A consecução desse objetivo dependerá certamente da fidedignidade do valor orçado pela Administração, base de todo o cálculo. (MOTTA, 2008, p. 534) '

Em situações excepcionais, como é o caso em tela, admite-se a desclassificação da proposta quando os preços ofertados configurarem valor irrisório (na dicção do § 3º do art. 44 da Lei 8.666/1993), gerando uma presunção absoluta de inexecuibilidade.

Caso houvesse a inserção de um lance por engano, como num erro de digitação, a Recorrida poderia o corrigir no próximo lance. Não foi o que ocorreu, visto que a Recorrida insistiu naquele patamar, indicando que não se tratava de erro, mas proposta firme da empresa, ratificada na proposta final apresentada.

A desclassificação de uma proposta diante da constatação de inexecuibilidade do preço ofertado, fundamenta-se basicamente na preservação da Administração Pública contra prováveis prejuízos, na defesa da lisura do processo licitatório, e do fiel cumprimento do contrato.

Admitir propostas de valores generalizados, significaria dar margem à prática reprovável, implicaria na redução da qualidade dos produtos, ou da prestação dos serviços, no inadimplemento de tributos e na formulação de pleitos perante a administração, conforme entende o Tribunal de Contas da União:

[...] Com efeito, ao admitir uma proposta com tais imperfeições, a administração pública pode ficar sujeita a uma posterior oposição de dificuldades para a execução contratual de parte da empresa. Não seria surpresa se, frustrada a alíquota incerta, que possibilitou cotações mais baixas e a adjudicação do objeto, a contratada viesse alegar a necessidade de equilíbrio econômico-financeiro, com base, por exemplo, no §5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93: [...]. Chancelar uma promessa como se fosse uma prescrição de lei, com a boa intenção de contratar por menos, pode acabar trazendo consequências danosas para os cofres públicos.

Além disso, transgredir o princípio da legalidade desprezando, no caso, a realidade tributária. (Acórdão nº 395/2005, Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar).

Existem situações, em que o inadimplemento do contrato, resultado da contratação de licitante cuja proposta mostrou-se inexecuível, geram graves prejuízos à administração contratante. É o exemplo do fornecimento de produtos tais como: merenda escolar e medicamentos, cuja a falta causa enorme impacto social.

Entende o Professor Joel de Menezes Niebhuhr que a admissão de propostas inexecuíveis pode ser desastrosa para a Administração e ao invés de trazer vantagens, impõe à ela prejuízos como obras mal estruturadas, objetos imprestáveis, reparações, manutenções, além de novos, demorados e onerosos processos licitatórios (NIEBUHR, 2005, p. 195).

A necessidade de a Administração afastar a proposta que for comprovadamente inexecuível foi bem defendida pelo preclaro Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Roque Citadini: Por outro lado, da mesma forma que o Poder Público deve afastar as propostas que apresentarem preços claramente excessivos, deverá também fazê-lo, quando os preços forem exageradamente baixos, incompatíveis com a regular execução contratual. Quando os preços se mostrarem inferiores aos que possuía a Administração, o proponente deverá demonstrar que sua proposta é exequível. Para tanto, deverá socorrer-se, assim como o Poder Público, de comparações com os preços vigentes no mercado ou praticados por outros órgãos públicos, da mesma ou de outra esfera administrativa. Na documentação que juntar para comprovar a viabilidade de sua proposta, além de comparações citadas deverá demonstrar que os seus custos de insumos são compatíveis com os praticados pelo mercado, ou por outros órgãos públicos. Os critérios de comprovação de exequibilidade deverão estar previstos no próprio ato convocatório; no entanto, não se pode exigir além do estabelecido em lei, no que diz respeito a comparação de preço e de produtividade. (CITADINI, 1977, p. 277)

Outra questão envolve o aumento dos custos de gerenciamento do contrato, pois à Administração deverá estar muito atenta quanto aos materiais empregados e a qualidade da prestação dos serviços, para garantir às vantagens ofertadas na proposta. Assim aconselha Marçal Justen Filho: [...] Usualmente, a contratação avençada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato. Caberá manter grande vigilância quanto à qualidade e perfeição do objeto executado e litígios contínuos com o particular, sempre interessado em obter uma solução que propicie a reestruturação da contratação. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes. No final, a Administração obterá ou um objeto de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato. (JUSTEN FILHO, 2010, p. 654-655).

Constata-se portanto, que a adjudicação do objeto à empresa licitante, cuja proposta mostre-se tardiamente inexecuível, gerará graves prejuízos à Administração, e o que parece economicamente vantajoso poderá se tornar um grave problema.

É no sentido de evitar os prejuízos decorrentes das ações aventureiras dos licitantes, que a Administração age impessoalmente resguardando-se da contratação de propostas com preços inexequíveis, investigando, ainda que precariamente, a exequibilidade dos preços ofertados, a fim de assegurar a satisfatória execução do contrato.

Portanto, sob a luz da melhor sorte que deve refletir e prevalecer sobre esta comissão, requeremos que a análise das razões apresentadas seja tomada de forma parcimoniosa, impessoal e concreta, eis que se trata de fatos substanciais e que de forma alguma buscam deturpar o certame, revendo a decisão proferida sob pena de prejudicar as finanças da administração, bem como a qualidade dos produtos servidos.

DO DIREITO

A presente licitação, como procedimento administrativo que é reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93 e traz em seu bojo os princípios norteadores da licitação, insculpidos em seu artigo 3º, "in verbis":

"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

Da isonomia na Licitação

De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, são princípios expressos da licitação: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e economicidade.

Dentre eles, destacamos o princípio da igualdade entre os licitantes, a Administração Pública deve conduzir a licitação de maneira impessoal, sem prejudicar ou privilegiar nenhum licitante. Desde que preencham os requisitos exigidos, todos os que tiverem interesse em participar da disputa devem ser tratados com isonomia.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia.

Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos, a mesma oportunidade.

Este princípio é extraordinariamente importante na prática administrativa.

A importância da licitação para a Administração Pública e, por conseguinte, para o Direito Administrativo, manifesta-se no art. 37, XXI, da Constituição da República:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

Assim, o princípio da igualdade dos administrados perante a Administração Pública, ao ser aplicado à licitação pública, transmuda-se no princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, que adquire caráter de princípio constitucional mediante a sua inclusão no texto da Carta Magna, acima transcrito.

Há autores que vislumbram ainda outros princípios relacionados ao princípio da igualdade de condições na licitação.

DI PIETRO (2004, p. 303-305): "Para ela, a Lei nº 8.666/1993 traz implícito o princípio da competitividade, em seu art. 3º, § 1º, I, ao proibir cláusulas ou condições que comprometam o caráter competitivo da licitação ou estabeleçam distinções ou preferências impertinentes ou irrelevantes para o objeto contratual."

TOSHIO MUKAI (1999, p. 1): "(...) a licitação significa um cotejo de ofertas (propostas), feitas por particulares ao Poder Público, visando a execução de uma obra, a prestação de um serviço, um fornecimento ou mesmo uma alienação pela Administração, donde se há de escolher aquela (proposta) que maior vantagem oferecer, mediante um procedimento administrativo regido, que proporcione tratamento igualitário aos proponentes, findo o qual poderá ser contratado aquele que tiver oferecido a melhor proposta".

HELY LOPES MEIRELLES (2003, p. 264), por sua vez, conceituou licitação como o: "procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos".

Após a revisão da doutrina e da jurisprudência, conclui-se que a observância dos princípios administrativos nas licitações e contratos públicos é fator essencial para a legalidade e a regularidade das contratações públicas.

Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade

Pelo princípio da razoabilidade, a administração deve agir com bom senso e de modo razoável. Seus atos devem obedecer ao bom senso normal às pessoas equilibradas pois, o que se pretende considerar é o fato de que determinada decisão atribuída ao poder público atenda efetivamente aos interesses postos à sua guarda:

"a decisão discricionária do funcionário será ilegítima, apesar de não transgredir nenhuma norma concreta e expressa, se é 'irrazoável', o que pode decorrer, principalmente, quando: a) não dê os fundamentos de fato ou de direito que a sustentam ou; b) não leve em conta os fatos constantes do expediente ou públicos e notórios; ou c) não guarde uma proporção adequada entre os meios que emprega e o fim que a lei deseja alcançar, ou seja, que se trate de uma medida desproporcionada, excessiva em relação ao que se deseja alcançar." (PIETRO, 2006).

Pretende-se que a Administração, ao atuar no exercício de suas atribuições, obedeça a critérios aceitáveis do ponto de vista racional.

Já, ao princípio da proporcionalidade:

"consiste na aplicação da regra jurídica concreta, norteada pelo resultado que se busca atingir para a satisfação dos interesses públicos tutelados pelo Estado. Este princípio anuncia que as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade de interesse público

a que estão atreladas.”

“Em matéria de licitações, o princípio da proporcionalidade se traduz, antes de tudo, na necessidade de equilíbrio na busca de dois fins igualmente relevantes. A realização do princípio da isonomia deve dar-se simultânea e conjuntamente com a seleção da proposta mais vantajosa. Não é possível privilegiar um desses dois fins como absoluto em si mesmo. A pretexto de dar tratamento equivalente a todos os integrantes da comunidade, não é possível sacrificar a seleção de proposta mais vantajosa. A recíproca também é verdadeira” (JUSTEN FILHO, 2009)

Princípio da seleção da proposta mais vantajosa

Em regra, a Licitação é compreendida como um procedimento administrativo formal em que o Poder Público deve selecionar a melhor proposta para o interesse público.

Nessa semântica, como se busca, através do instrumento licitatório, atender ao interesse público, evidencia-se a relevância do princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previsto no art. 3 da Lei 8.666/93, em total consonância com o princípio da Supremacia do Interesse Público.

Nesse contexto:

[...] o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico. (FILHO, Carvalho, 2015, p. 20).

E justamente por possuir tal finalidade (obtenção da proposta mais vantajosa), a licitação não poderá, em hipótese alguma, ser atravancada por exigências desarrazoadas e consentâneas que desfavoreçam a Administração Pública.

Princípio da Economicidade

Economicidade significa indisponibilidade de, na gerência dos recursos públicos, buscarse a forma mais eficaz e moral dentre as possíveis agindo, o administrador, de forma ética e objetiva para alcançar os fins econômicos almejados, com eficiência.

A economicidade consiste em considerar a atividade administrativa sob o prisma econômico. Vez que os recursos públicos são extremamente escassos é imperioso que sua utilização produza os melhores resultados econômicos, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Assim, na licitação pública, o princípio da economicidade se faz presente, na medida em que o administrador prioriza a busca da proposta mais vantajosa para administração.

Princípio da boa-fé objetiva

Um dos princípios fundamentais do direito privado é o da boa-fé objetiva, cuja função é estabelecer um padrão ético de conduta para as partes nas relações obrigacionais. No entanto, a boa-fé não se esgota nesse campo do direito, ecoando por todo o ordenamento jurídico.

Reconhecer a boa-fé não é tarefa fácil, resume o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins. Para concluir se o sujeito estava ou não de boa-fé, torna-se necessário analisar se o seu comportamento foi leal, ético, ou se havia justificativa amparada no direito, completa o magistrado.

Mesmo antes de constar expressamente na legislação brasileira, o princípio da boa-fé objetiva já vinha sendo utilizado amplamente pela jurisprudência, inclusive do STJ, para solução de casos em diversos ramos do direito.

A partir do Código de Defesa do Consumidor, em 1990, a boa-fé foi consagrada no sistema de direito privado brasileiro como um dos princípios fundamentais das relações de consumo e como cláusula geral para controle das cláusulas abusivas.

No Código Civil de 2002 (CC/02), o princípio da boa-fé está expressamente contemplado. O ministro do STJ Paulo de Tarso Sanseverino, presidente da Terceira Turma, explica que a boa-fé objetiva constitui um modelo de conduta social ou um padrão ético de comportamento, que impõe, concretamente, a todo cidadão que, nas suas relações, atue com honestidade, lealdade e probidade.

Assim, tem-se que a conduta do licitante deve ser baseado na boa-fé em apresentar lances e propostas que possam ser razoáveis e não sendo permitido e aceito outra postura senão essa.

DO PEDIDO

Posto isso, requer o conhecimento do presente recurso e que no mérito seja julgado procedente, com efeito para reconhecendo-se a divergência da decisão proferida, como de rigor, para inabilitar a empresa Recorrida, sob pena da Administração Pública não alcançar o objetivo da licitação trazendo prejuízo não só a si, como ao usuários do serviço contratado, nesse caso os alunos da rede pública de ensino.

Desta forma, solicitamos que seja reconsiderada a habilitação da Recorrida, tendo em vista que os valores ofertados para os itens “ALHO” e “LARANJA SELETA” estão inexeqüíveis e não podem ser considerados, invalidando a proposta apresentada.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Apoio ao Pregão reconsidere sua decisão, e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

LORENZO MAIA DE BRITO MOREIRA DA SILVA - ADVOGADO
INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

* Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Ref: Pregão Eletrônico nº 209/2023 – Processo administrativo nº 15.887/2023

INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA., empresa inscrita no CNPJ sob o nº 40.494.483/0001-42, com fulcro no Item 19 do Edital, no artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e no inciso XVIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02 vem, à presença de Vossas Senhorias apresentar as razões de seu RECURSO ADMINISTRATIVO frente a decisão que inabilitou a ora Recorrente.

DA TEMPESTIVIDADE

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que, em 19/04/2023 fora concedido prazo de 30 minutos para manifestação de qualquer dos Licitantes interessados em recorrer apresentarem suas intenções de recurso e, após três dias, apresentarem suas razões recursais, cujo termo final se dará em 22/12/2023, razão pela qual deve este ser conhecido e julgado.

DO EFEITO SUSPENSIVO

Requer seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso, haja vista que a execução do ato com o prosseguimento do certame gerará danos irreparáveis tanto ao interesse público como às empresas licitantes, pedido feito com esteio no art. 61, § único, da Lei nº 9.784/99:

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

[...]

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Mesmo porque se trata do caso previsto no §2º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;

(...)

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

Portanto, presentes estão as condições para concessão do efeito suspensivo ao presente recurso.

DOS FATOS

Trata-se de Pregão Eletrônico cujo objeto é a Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFECCÃO DA MERENDA ESCOLAR nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2024.

A Recorrente foi inabilitada sob o fundamento de que as amostras apresentadas por ela para o Lote 3 teriam sido reprovadas na análise feita pelo corpo técnico da Coordenação de Nutrição Escolar conforme a descrição do objeto e exigências do Termo de Referência parte integrante do edital.

Em que se pese o máximo respeito à Coordenação de Nutrição Escolar e a Comissão de Apoio ao pregão, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie e aos princípios das licitações, devendo ser reformada, como ficará demonstrado adiante.

DAS RAZÕES DO RECURSO

Cumpra esclarecer que a inabilitação ocorreu em virtude da diferença de conteúdo/peso dos itens "PÃO CARECA BISNAGUINHA" e "BISCOITO DE POLVILHO TRADICIONAL" apontada pela "Análise de amostra" datada de 08/12/2023.

O termo de referência da licitação assim descreveu os itens mencionados:

21 460392 - PÃO CARECA, BISNAGUINHA, em embalagem plástica original com peso mínimo de 300g o pacote, com peso máximo de 30g a unidade. Isento de gordura trans.

22 240574 - BISCOITO POLVILHO, tradicional, sem glúten, tipo peta ou rosquinha ou corujinha, em embalagem plástica original com 200g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.

Na análise realizada, foi constatada que a embalagem do item "PÃO CARECA, BISNAGUINHA" continha 840g ao invés dos 900g informados, ressalta-se que o valor mínimo de 300g determinado pelo edital foi atendido, não havendo motivo para a reprovação

em questão.

Quanto ao item "BISCOITO POLVILHO" a amostra enviada foi assim enviada pelo fabricante por justamente se tratar de amostra, mas que não apresentou nenhum problema quanto à qualidade em si, outra vez mostrando ter sido equivocada a reprovação.

Em relação à análise das amostras, assim definiu o Termo de Referência:

7.5 Os testes serão efetuados pelo corpo técnico deste órgão, que fará avaliação sensorial e nutricional do produto;

7.5.1_Analise nutricional: verificação dos produtos contendo em sua embalagem a marca conforme proposta de preço apresentada na licitação, informação nutricional, data da fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos, a exigência de que a rotulagem, inclusive a nutricional, esteja em conformidade com a legislação em vigor.

7.5.2_Analise sensorial: verificação das características sensoriais (odor, cor, textura, sabor e aspecto geral), além de condições satisfatórias da embalagem (não estar furada, rasgada, amassada ou enferrujada)

7.6 A área técnica, com laudo devidamente motivado nos critérios de qualidade, durabilidade, funcionalidade e desempenho, descritos nas análises nutricionais e sensoriais previstas nos itens 7.5.1 e 7.5.2, comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada, se obedecer a todos os critérios ou reprovada, na falta de pelo menos um deles. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente o segundo colocado e assim sucessivamente;

Em resumo, as análises em questão avaliariam os seguintes critérios: o nutricional e o sensorial, nesse sentido, não houve qualquer resultado reprovando as amostras apresentadas pela Recorrente, motivo pelo qual a reprovação é indevida.

O mero erro material associado à reprovação de uma amostra em uma licitação exclusivamente com base em seu peso, ignorando critérios fundamentais como qualidade nutricional e sensorial, representa uma falha substancial no processo de avaliação. Tal abordagem limitada negligencia aspectos cruciais que influenciam diretamente na aceitabilidade e eficácia do produto final. A concentração excessiva no peso pode resultar em uma escolha que favorece a quantidade em detrimento da qualidade, comprometendo a satisfação do usuário e prejudicando a integridade do processo licitatório.

Ao desconsiderar critérios essenciais, como a composição nutricional e as características sensoriais, corre-se o risco de selecionar produtos que não atendem plenamente às necessidades e expectativas dos consumidores. Essa abordagem estreita não apenas prejudica a eficácia do produto adquirido, mas também pode ter implicações negativas para a saúde pública, especialmente em licitações relacionadas a alimentos ou produtos com impacto direto na qualidade de vida.

Portanto, é crucial corrigir esse tipo de erro material, promovendo uma revisão dos critérios de avaliação e estabelecendo parâmetros mais abrangentes que considerem a totalidade dos elementos relevantes para a escolha do fornecedor. Essa abordagem mais holística garantirá que o processo licitatório cumpra seu propósito de fornecer produtos de alta qualidade que atendam plenamente às necessidades da entidade licitante e da comunidade atendida.

A atitude da Coordenação de Nutrição Escolar e da Comissão de Apoio ao Pregão ao reprovar as amostras, mesmo quando entregues dois dias antes do prazo final estipulado (06/12/2023, com prazo final de entrega em 08/12/2023), revela uma falta de flexibilidade e discernimento diante de um possível erro material. A rigidez na aplicação dos critérios, sem considerar a possibilidade de solicitar correções ou esclarecimentos, resulta em consequências prejudiciais para a Prefeitura de Nova Friburgo.

A entrega antecipada das amostras deveria ser vista como uma oportunidade para uma revisão mais abrangente, permitindo a retificação de possíveis equívocos e garantindo a seleção do produto mais adequado tanto em termos de qualidade quanto de preço. Ao optar pela reprovação imediata, a coordenação e a comissão ignoraram a chance de otimizar o processo licitatório, o que poderia resultar em economias significativas para a prefeitura.

A escolha de um licitante com preço superior, no caso em questão 22,77% (uma diferença de R\$ 299.628,00) maior que o ofertado pela Recorrente, após a reprovação das amostras, destaca as implicações financeiras negativas dessa decisão. Essa atitude resultará em gastos desnecessários, comprometendo os recursos públicos de maneira evitável. Em situações como essa, é crucial que as instâncias responsáveis demonstrem flexibilidade e discernimento, visando sempre à obtenção do melhor produto com o melhor custo-benefício para a comunidade atendida.

Ademais, é importante destacar que a Recorrente atende todos os requisitos técnicos e financeiros exigidos pelo edital, possuindo vasta experiência no ramo de atuação e equipe altamente capacitada para a execução dos serviços solicitados.

Portanto, sob a luz da melhor sorte que deve refletir e prevalecer sobre esta comissão, requeremos que a análise das razões apresentadas seja tomada de forma parcimoniosa, impessoal e concreta, eis que se trata de fatos substanciais e que de forma alguma buscam deturpar o certame, revendo a decisão proferida sob pena de prejudicar as finanças da administração, bem como a qualidade dos produtos servidos.

DO DIREITO

A presente licitação, como procedimento administrativo que é reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93 e traz em seu bojo os princípios norteadores da licitação, insculpidos em seu artigo 3º, "in verbis":

"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

Da isonomia na Licitação

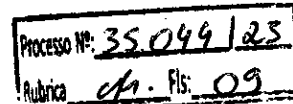
De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, são princípios expressos da licitação: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e economicidade.

Dentre eles, destacamos o princípio da igualdade entre os licitantes, a Administração Pública deve conduzir a licitação de maneira impessoal, sem prejudicar ou privilegiar nenhum licitante. Desde que preencham os requisitos exigidos, todos os que tiverem interesse em participar da disputa devem ser tratados com isonomia.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia.

Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos, a mesma oportunidade.

Este princípio é extraordinariamente importante na prática administrativa.



A importância da licitação para a Administração Pública e, por conseguinte, para o Direito Administrativo, manifesta-se no art. 37, XXI, da Constituição da República:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

Assim, o princípio da igualdade dos administrados perante a Administração Pública, ao ser aplicado à licitação pública, transmuda-se no princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, que adquire caráter de princípio constitucional mediante a sua inclusão no texto da Carta Magna, acima transcrito.

Há autores que vislumbram ainda outros princípios relacionados ao princípio da igualdade de condições na licitação.

DI PIETRO (2004, p. 303-305): "Para ela, a Lei nº 8.666/1993 traz implícito o princípio da competitividade, em seu art. 3º, § 1º, I, ao proibir cláusulas ou condições que comprometam o caráter competitivo da licitação ou estabeleçam distinções ou preferências impertinentes ou irrelevantes para o objeto contratual."

TOSHIO MUKAI (1999, p. 1): "(...) a licitação significa um cotejo de ofertas (propostas), feitas por particulares ao Poder Público, visando a execução de uma obra, a prestação de um serviço, um fornecimento ou mesmo uma alienação pela Administração, donde se há de escolher aquela (proposta) que maior vantagem oferecer, mediante um procedimento administrativo regrado, que proporcione tratamento igualitário aos proponentes, findo o qual poderá ser contratado aquele que tiver oferecido a melhor proposta".

HELY LOPES MEIRELLES (2003, p. 264), por sua vez, conceituou licitação como o: "procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos".

Após a revisão da doutrina e da jurisprudência, conclui-se que a observância dos princípios administrativos nas licitações e contratos públicos é fator essencial para a legalidade e a regularidade das contratações públicas.

Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade

Pelo princípio da razoabilidade, a administração deve agir com bom senso e de modo razoável. Seus atos devem obedecer ao bom senso normal às pessoas equilibradas pois, o que se pretende considerar é o fato de que determinada decisão atribuída ao poder público atenda efetivamente aos interesses postos à sua guarda:

"a decisão discricionária do funcionário será ilegítima, apesar de não transgredir nenhuma norma concreta e expressa, se é 'irrazoável', o que pode decorrer, principalmente, quando: a) não dê os fundamentos de fato ou de direito que a sustentam ou; b) não leve em conta os fatos constantes do expediente ou públicos e notórios; ou c) não guarde uma proporção adequada entre os meios que emprega e o fim que a lei deseja alcançar, ou seja, que se trate de uma medida desproporcionada, excessiva em relação ao que se deseja alcançar." (PIETRO, 2006).

Pretende-se que a Administração, ao atuar no exercício de suas atribuições, obedeça a critérios aceitáveis do ponto de vista racional.

Já, ao princípio da proporcionalidade:

"consiste na aplicação da regra jurídica concreta, norteadas pelo resultado que se busca atingir para a satisfação dos interesses públicos tutelados pelo Estado. Este princípio anuncia que as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade de interesse público a que estão atreladas."

"Em matéria de licitações, o princípio da proporcionalidade se traduz, antes de tudo, na necessidade de equilíbrio na busca de dois fins igualmente relevantes. A realização do princípio da isonomia deve dar-se simultânea e conjuntamente com a seleção da proposta mais vantajosa. Não é possível privilegiar um desses dois fins como absoluto em si mesmo. A pretexto de dar tratamento equivalente a todos os integrantes da comunidade, não é possível sacrificar a seleção de proposta mais vantajosa. A recíproca também é verdadeira" (JUSTEN FILHO, 2009)

Princípio da seleção da proposta mais vantajosa

Em regra, a Licitação é compreendida como um procedimento administrativo formal em que o Poder Público deve selecionar a melhor proposta para o interesse público.

Nessa semântica, como se busca, através do instrumento licitatório, atender ao interesse público, evidencia-se a relevância do princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previsto no art. 3 da Lei 8.666/93, em total consonância com o princípio da Supremacia do Interesse Público.

Nesse contexto:

[...] o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico. (FILHO, Carvalho, 2015, p. 20).

E justamente por possuir tal finalidade (obtenção da proposta mais vantajosa), a licitação não poderá, em hipótese alguma, ser atravancada por exigências desarrazoadas e consentâneas que desfavoreçam a Administração Pública.

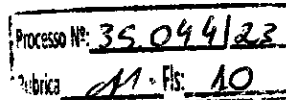
Princípio da Economicidade

Economicidade significa indisponibilidade de, na gerência dos recursos públicos, buscarse a forma mais eficaz e moral dentre as possíveis agindo, o administrador, de forma ética e objetiva para alcançar os fins econômicos almejados, com eficiência.

A economicidade consiste em considerar a atividade administrativa sob o prisma econômico. Vez que os recursos públicos são extremamente escassos é imperioso que sua utilização produza os melhores resultados econômicos, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Assim, na licitação pública, o princípio da economicidade se faz presente, na medida em que o administrador prioriza a busca da

proposta mais vantajosa para administração.



DO PEDIDO

Posto isso, requer o conhecimento do presente recurso e que no mérito seja julgado procedente, com efeito para reconhecendo-se a divergência da decisão proferida, como de rigor, para habilitar a empresa Recorrente, sob pena da Administração Pública não alcançar o objetivo da licitação trazendo prejuízo não só a si, como ao usuários do serviço contratado, nesse caso os alunos da rede pública de ensino.

Desta forma, solicitamos que seja reconsiderada a inabilitação da nossa empresa, tendo em vista que o valor ofertado por esta trará economia à Prefeitura e atende as necessidades dos usuários do serviço dentro do especificado no edital em relação à qualidade do produto.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Apoio ao Pregão reconsidere sua decisão, e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

LORENZO MAIA DE BRITO MOREIRA DA SILVA - ADVOGADO
INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA

Fechar

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ref.: Ao recurso impetrado pela Empresa Infinity Multiserviços Ltda, devido à habilitação de nossa empresa, consoante ao edital de Pregão Eletrônico nº 209/2023 – sistema de registro de preços – processo administrativo nº 15.887/2023.

A empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.089.746/0001-60, estabelecida na Rua Adelino Pereira Valente, 146 na Cidade de Nova Friburgo/RJ - CEP 28.625-535, e-mails: manojmnoj@yahoo.com.br; marilenerepresentacao@gmail.com, vem na forma da legislação vigente em conformidade com o Art. 4º, XVIII da Lei Nº 10.520/02, até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, interpor suas RAZÕES, referente às manifestações interpostas pela empresa INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.494.483/0001-42, em virtude da HABILITAÇÃO da nossa empresa no processo supra mencionado fazendo algumas alegações que não são pertinentes às quais demonstraremos conforme segue:

CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REF. AO LANCE OFERTADO PARA OS ITENS: ALHO E LARANJA SELETA – LOTE 1.

1) DAS ALEGAÇÕES

A Recorrente alega que a Recorrida foi devidamente habilitada no Lote 1, afirmando que a proposta em sua visão foi inexequível, em virtude dos lances ofertados para os itens: alho e laranja seleta.

Ressaltamos que este pregão o critério de julgamento foi por LOTE e não por ITEM, logo não se pode considerar o preço de cada produto como inexequível... apesar da tese abaixo mencionada pela Recorrente é inaceitável... " inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo"

"O respeitado Prof. Jesse Torres assim assevera sobre o preço inexequível, ou inviável, como prefere denominar: Preço inviável é aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que a levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegítimamente, inclusive as fixando competidores de menor porte. São hipóteses previstas na Lei nº 4.137, de 10.09.62, que regula a repressão ao abuso do poder econômico. (PEREIRA JÚNIOR, 2007, p. 557-558)"

Pensamos neste certame em lotes, onde um preço abaixo do preço praticado no mercado, poderá ser compensado por outro produto, ganhando assim, o licitante e a administração pública.

Frisa-se que a MNJ é uma empresa, cuja localização é no Município de Nova Friburgo, assim como a grande maioria dos seus fornecedores que são produtores rurais do próprio município, fazendo assim reduzir os custos. O fato de nossa empresa e fornecedores estarem situados no Município de Nova Friburgo, eliminando o frete do Estado do Rio de Janeiro para o nosso município, fazendo com que reduzam também os nossos custos, fato este que justifica o fornecimento na integralidade dos itens do lote ofertados.

Ressaltamos ainda que idoneidade temos junto a este respeitável órgão é inquestionável, posto que já fomos contemplados em outros certames, cujas as entregas foram com pleno êxito, fato este que nossos atestados de capacidade técnica também são referenciados por este respeitável órgão.

2) DO DIRETO

Um dos basilares que rege o direito são confiança e boa-fé,

"No Código Civil de 2002 (CC/02), o princípio da boa-fé está expressamente contemplado. O ministro do STJ Paulo de Tarso Sanseverino, presidente da Terceira Turma, explica que a boa-fé objetiva constitui um modelo de conduta social ou um padrão ético de comportamento, que impõe, concretamente, a todo cidadão que, nas suas relações, atue com honestidade, lealdade e probidade."

Segundo Humberto Martins....

"Reconhecer a boa-fé não é tarefa fácil, resume o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins.

Para concluir se o sujeito estava ou não de boa-fé, torna-se necessário analisar se o seu comportamento foi ético, ou se havia justificativa amparada no direito, completa o magistrado.”

Diante do ao norte mencionado não tem consistência o julgamento da Recorrente ao avaliar se temos ou não condições de fornecer os itens com êxito e com lucro, posto que em nossa estratégia é plenamente plausível fornecer o lote contemplado e ainda obter lucro, mantendo os princípios basilares da boa-fé, mencionado pela Recorrente, sem quebrar a confiança conquistada anteriormente, a esta Administração Pública.

3) DO PEDIDO:

Que seja mantida o parecer técnico emitido por esta comissão que habilitou a empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, por ter cumprido na íntegra o Edital de Licitação.

E é na certeza de poder confiar na sensatez desta comissão avaliadora, assim como no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos pedido que seja mantida a nossa classificação por ser uma questão de justiça.

Nova Friburgo, 27 de dezembro de 2023.

Nestes Termos,
Para Deferimento.

Jorge Martins
RG nº 2.620.934-6 DETRAN/RJ
CPF nº 235.501.717-49
Procurador

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR GESTOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO (RJ), OU AUTORIDADE COMPETENTE PARA APRECIAR ESTAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref. Pregão Eletrônico n. 209/2023
Processo n. 15.887/2023

O. MAROTI INDÚSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 11.572.577/0001-94, estabelecida na Avenida Antônio Mário de Azevedo, 1520, Córrego Dantas, CEP 28.630-310, Nova Friburgo (RJ) vem, respeitosamente à presença de V.S.^a, por meio de seu representante legal, tempestivamente, com fulcro no artigo 5º, LV da Constituição Federal, artigo 4º, XVIII da Lei Federal n. 10.520/02 e item 19 do edital, interpor suas razões de IMPUGNAÇÃO AO RECURSOS ADMINISTRATIVO manifestado pela licitante Infinity Multiserviços Ltda., inscrita no CNPJ sob n. 40.494.483/0001-42, em face do correto julgamento do Lote/Grupo 3 – Panificação, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I. DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que o prazo recursal de 03 (três) dias úteis iniciou em 19/12/2023, conforme manifestação no chat do pregão em epígrafe; considerando que o prazo de impugnação recursal, portanto, se iniciou em 26/12/2023, com término em 28/12/2023; e, por fim, considerando a data de protocolo das presentes razões impugnatórias, trata-se de manifestação tempestiva.

II. DA SÍNTESE DOS FATOS

É procedimento de Compra Governamental, na modalidade pregão, forma eletrônica, tipo menor preço por lote, fundamentada na Lei Federal n. 10.520/02, Decreto Municipal n. 599/20 e, subsidiariamente, na Lei Federal n. 8.666/93, tendo por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para confecção da merenda escolar nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2024.

Ora, nesse sentido já é sabido e consabido que todo procedimento de compra Governamental, em qualquer das esferas da Administração Pública, necessitam preservar os princípios gerais do Direito. No caso em epígrafe, destacam-se aqueles consagrados no "caput" do artigo 37 da Constituição Federal c/c os do "caput" do artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e artigo 5º da Lei n. 14.133/21, a saber, o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Inconformada com o resultado final do julgamento do Lote/Grupo3 – Panificação, promovido pelo Pregoeiro e pela Comissão de Nutrição Escolar, a Recorrente interpôs Recurso Administrativo requerendo a revisão da decisão que reprovou as amostras apresentadas e, por consequência, ocasionou a desclassificação de sua proposta para o certame.

Argumenta, em breve síntese, que os erros apontados pela Comissão de Nutrição Escolar são meramente materiais, sem causar impacto no fornecimento do produto e, em razão dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, deveria ter sido concedida a oportunidade de retificação de possíveis equívocos.

Ora, com a máxima vênia, a Recorrente não poderia estar mais longe da verdade, haja vistas que os argumentos apresentados, conforme se restará comprovado abaixo, não possuem qualquer possibilidade de revisar a correta decisão tomada. Diante disso, a única e possível solução para o caso em comento é a manutenção de sua desclassificação, com o INFEDERIMENTO do pedido postulado.

III. DAS RAZÕES E FUNDAMENTOS DE DIREITO

Estabelece o artigo 48, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93 que serão desclassificadas do certame "as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação". Em comentário ao dispositivo, Justen Filho (2014, p. 850) enfatiza que as propostas desclassificadas serão aquelas que descumprirem os requisitos formais e materiais previstos em LEI e no ato convocatório.

Marçal Justen Filho (2021, p. 721) ressalta, ainda, que "a amostra, quando exigida, constitui-se em parte da proposta do licitante. Portanto, a reprovação da amostra acarreta a desclassificação da proposta por infração às especificações técnicas exigidas no edital".

Diante desta síntese argumentativa, é possível enfatizar que uma vez constatada, pela Comissão de Nutrição Escolar, a irregularidade das amostras apresentada pela Recorrente, as quais caracterizam-se como infrações às especificações técnicas exigidas no edital, a única e possível decisão a ser tomada era a de desclassificação da proposta da Recorrente para o certame em epígrafe, enfatizando o correto julgamento do pregão.

Do mesmo modo, não merece nenhum respaldo a tese argumentativa da Recorrente de que os erros apontados pela douda Comissão de Nutrição Escolar são meramente materiais e que, por essa razão, deveria ser permitida a

"retificação de possíveis equívocos" para garantir a seleção de produto mais adequado. Ora, tal argumentação não pode prosperar por duas razões: primeiro porque não há previsão no instrumento convocatório para tal concessão e, sendo assim, relaxar as exigências do edital fadará com que essa municipalidade viole os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e, por consequência, o da isonomia e da moralidade, ocasionando uma contratação ilegal, passível de anulação.

Segundo, porque ao contrário do que a Recorrente afirma, os erros apresentados são substanciais afetando diretamente a proposta apresentada, haja vista que os produtos ofertados não atendem aos requisitos mínimos do edital e da Lei. Pior, a discrepância na quantidade das embalagens pode acarretar em um prejuízo técnico, pois ocasionaria um descompasso em relação às quantidades nutritivas que os alunos de fato iriam consumir nas refeições.

Pois bem, apenas pelos motivos já expostos o Recurso apresentado deve ser julgado como improcedente. Porém, aos analisar de forma mais minuciosa os motivos de desclassificação das amostras da Recorrente, bem como os argumentos recursais apresentados, há alguns apontamentos a serem enfatizados.

A Análise de Amostras, conforme Memorando SME nº 1.112/2023, expõe a reprovação do item 21 – PÃO CARECA BISNAGUINHA por haver divergência no conteúdo/peso descrito na embalagem (900g) em relação ao peso aferido pela Comissão (840g) e, do item 22 – BISCOITO DE POLVILHO TRADICIONAL uma vez que o peso constante nas embalagens primárias foi de 70g, ao passo que o edital exigia embalagem contendo 200g. Além disso, o Biscoito de Polvilho apresentado pela Recorrente apresentava sabor Queijo, contrariando mais vez o edital que exigia produto sabor "tradicional".

Argumenta a Recorrente o absurdo de que não haveria motivos para reprovação das amostras do item 21 – PÃO CARECA BISNAGUINHA, pois, apesar do erro constatado, o edital ainda teria sido atendido, haja vista que a descrição do produto exigia "embalagem plástica original com peso mínimo de 300g". Há duas razões para que tal argumento fracasse:

O primeiro diz respeito à análise nutricional das amostras, pois como bem apontado pela própria Recorrente, o item 7.5.1 do Termo de Referência afirma que, dentre outros requisitos, haveria a verificação dos produtos para constatar se a rotulagem das embalagens estava em conformidade com a legislação em vigor. Nesse quesito, é imperioso destacar o artigo 4º, inciso I da RDC ANVISA n. 727, de 1º de julho de 2022, que "dispõe sobre rotulagem dos alimentos embalados":

Art. 4º A rotulagem dos alimentos embalados NÃO PODE:

I - conter vocábulos, sinais, denominações, símbolos, emblemas, ilustrações ou outras representações gráficas que possam tornar a informação falsa, incorreta, insuficiente, ou que possa induzir o consumidor a equívoco, erro, confusão ou engano em relação à verdadeira natureza, composição, procedência, tipo, qualidade, QUANTIDADE, validade, rendimento ou forma de uso do alimento;

Percebam que a Resolução da ANVISA que dispõe sobre a rotulagem de produtos é cristalina ao proibir a inserção de qualquer vocábulo que possa induzir o consumidor a erro em relação à quantidade do produto. Conforme visto no caso em evidência, foi constatado, empiricamente, que a quantidade de produto dentro da embalagem das amostras apresentadas pela Recorrente estava divergente àquela quantidade indicada na rotulagem, caracterizando flagrante desobediência à norma sanitária vigente.

Do mesmo modo, importante trazer à luz que conforme está previsto no artigo 6º, inciso III da Lei Federal n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), é direito básico do consumidor "a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de QUANTIDADE, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem". Além disso, o artigo 66 da mesma Lei afirma ser infração penal:

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, QUANTIDADE, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

Pena - Detenção de três meses a um ano e multa.

Portanto, ao contrário do que afirma a Recorrente, o erro de quantidade apresentado na embalagem do item 21 – PÃO CARECA BISNAGUINHA é substancial e, uma vez que fere a legislação pátria vigente, torna-se insanável. Destaca-se ainda, o fato de que tal conduta pode vir a ser caracterizada como infração penal, nos moldes do citado artigo 66.

A segunda razão para refutar o argumento da Recorrente está relacionada ao prejuízo que tal conduta pode ocasionar ao Erário, pois uma vez verificado que dentro da embalagem consta uma quantidade MENOR de produto daquela indicada em seu rótulo, fica evidente que a Administração estaria pagando para receber determinada quantidade de produto quando na verdade receberia outra MENOR.

Vale destacar que, conforme previsto no artigo 337-L, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), comete crime quem:

Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

I - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;

Já com relação ao item 22 – BISCOITO POLVILHO TRADICIONAL, a Recorrente reconhece que a embalagem foi encaminhada com uma quantidade diferente daquela exigida no edital, porém afirma que se trataria apenas de uma amostra para averiguar a qualidade do produto. Mais uma vez, suas razões não podem prosperar. Vejam:

Estabelece o item 13.6 do edital:

13.6 - A licitante classificada em primeiro lugar poderá ser instada pelo pregoeiro a apresentar amostra do produto cotado, PARA VERIFICAÇÃO DE SUA COMPATIBILIDADE COM A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da sua notificação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Pregoeiro.

Da mesma forma, o item 7.2 do Termo de Referência indica que:

7.2 A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como: data de fabricação, prazo de validade, QUANTIDADE DO PRODUTO e sua marca;

Notem que ambos os dispositivos do instrumento convocatório deixam claro que as amostras seriam avaliadas para constatar sua compatibilidade com as especificações dos itens no edital, inclusive em relação à quantidade do produto. Portanto, a avaliação das amostras do item 22 não poderia ser apenas em relação à qualidade do item em si (que também foi reprovada por ter sabor diferente - queijo) mas que além disso, deveria atender ao requisito de quantidade.

Diante do exposto, é notório que qualquer julgamento diferente daquele proferido pela Comissão de Nutrição

Escolar, a qual reprovou as amostras da Recorrente, estaria ferindo de morte o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. É importante lembrar, nesse interim, que por força de Lei, conforme previsto no artigo 41 da Lei Federal n. 8.666/93, tanto a Administração Pública quanto os participantes dos procedimentos de compra encontram-se vinculados ao instrumento convocatório, não sendo permitido a qualquer das partes se distanciar dele, seja para acrescentar ou retirar exigências. In verbis:

Art. 41. A Administração NÃO PODE descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

No mesmo sentido a mais vasta doutrina já firmou entendimento de que uma vez publicado o instrumento convocatório sem que haja, dentro dos prazos legais, qualquer contestação impugnatória, tal instrumento torna-se "lei" entre as partes, ou seja, nem a Administração Pública, tão pouco o participante que aceitou os termos editalícios podem agir de forma contrária.

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, OS INTERESSADOS APRESENTAÇÃO SUAS PROPOSTAS COM BASE NESSES ELEMENTOS, ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. (DI PIETRO, 2017, p. 425)

Da mesma forma já se posicionou o do Supremo Tribunal de Justiça:

2. Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, d Lei 8.666/1993/1990, que tem como escopo vedar à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório FAZ LEI ENTRE AS PARTES, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame. (REsp 1.384.138/RJ, 2ª T, relator Min. Humberto Martins. Julgado em 15.08.2013, DJe 26.08.2013.)

Por fim, não menos importante, cumpre enfatizar que a Recorrente justifica suas argumentações sob à luz dos princípios da isonomia e da igualdade. Afirmam que "é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos, a mesma oportunidade". Mais uma vez, demonstra o seu completo devaneio em face dos fatos. Isso porque a Recorrente reconhece que a licitação deve ser isonômica e igualitária, mas ao final requer vantagem indevida sobre os demais participantes, contradizendo seus próprios argumentos.

Marçal Justen Filho (2021, p. 114) esclarece sobre a isonomia ao longo do procedimento licitatório:

Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório.

Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa etapa se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente.

Di Pietro (2017, p. 423) complementa que o princípio da impessoalidade:

Aparece, na licitação, intimamente ligado aos princípios da isonomia e do julgamento objetivo: todos os licitantes devem ser tratados igualmente, em termos de direitos e obrigações, devendo a Administração, em suas decisões, pautar-se por critérios objetivos, sem levar em consideração as condições pessoais do licitante ou as vantagens por ele oferecidas, salvo as expressamente previstas na lei ou no instrumento convocatório.

Segundo elucidado acima, é completamente incoerente conceder o benefício de revisão das amostras à Recorrente, conforme foi requerido, haja vista que tal conduta iria ferir de morte a própria isonomia e impessoalidade do certame, na medida em que haveria o tratamento diferenciado para beneficia-los. Nesse sentido, é imperioso avultar que a empresa Impugnante cumpriu com absolutamente todos os requisitos do edital, tanto em relação à sua proposta, amostras e documentos de habilitação.

Sendo assim, seria um perfeito desrespeito aos princípios da isonomia e da impessoalidade, conceder benefício não previsto em edital e/ou na Lei para licitante que descumpriu as regras previamente determinadas, causando prejuízos aos demais que melhor se preparam para o certame.

Aliás, cabe a indagação e preocupação de que se a Recorrente já foi incapaz de atender aos requisitos do instrumento convocatório apresentando amostras em desconformidade com as especificações previstas, como seria o seu fornecimento durante a vigência do contrato? Teria capacidade técnica de fato para atender a demanda dessa municipalidade? É evidente que NÃO, pois no pequeno teste a que foi submetida (amostras) a Recorrente já foi reprovada.

Diante de todos os fundamentos jurídicos expostos acima, tem-se que a decisão dessa municipalidade que reprovou as amostras da Recorrente encontra-se completamente acertada e, à luz do bom entendimento jurídico, deve ser mantida, haja vista a observância dos princípios que norteiam o processo. Logo, a única e possível solução para o caso em comento é julgar o Recurso Administrativo interposto como TOTALMENTE IMPROCEDENTE, por questão de Justiça!

IV. DO PEDIDO

Em face de todo o exposto, REQUER que as presentes razões de IMPUGNAÇÃO ao Recurso Administrativo sejam recebidas nos termos do artigo 5º LV da Constituição Federal c/c artigo 4º, XVIII da Lei Federal n. 10.520/02, para que no mérito o Recurso Administrativo apresentado pela licitante Infinity Multiserviços Ltda., seja julgado TOTALMENTE IMPROCEDENTE, mantendo-se a reprovação de suas amostra e consequente desclassificação de sua proposta para o Pregão Eletrônico n. 209/2023.

Na hipótese inesperada de entender pela procedência da demanda, que as presentes razões de Impugnação ao recurso administrativo subam, devidamente instruídas, para que a autoridade competente superior possa analisar e julgar, conforme artigo 109, §4º da Lei 8.666/93.

Termos em que pede deferimento.

Nova Friburgo, 27 de dezembro de 2023.

Processo Nº:	35.044/23
Rubrica	41. Fls: 16

O.MARIOTI INDÚSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA.
Jorge Martins - Procurador

Fechar

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº209/2023.

Processo Licitatório nº: 15.887/2023

Processo Recurso nº: 35.044/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2024.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa INFINITY MULTISERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 40.494.483/0001-42, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 35.044/2023.

I. DAS PRELIMINARES



Comissão de Pregão I

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 19/12/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 15.887/2023, a empresa INFINITY MULTISERVICOS LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 a 10.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a recorrente que a empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA teria apresentado proposta com preços inexequíveis para os itens "ALHO" e "LARANJA SELETA" e que as amostras apresentadas pela INFINITY MULTISERVICOS LTDA para o Lote 3 teriam sido reprovadas por critérios não estabelecidos no Edital, mas por erro material sanável.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, alega a empresa O. MAROTI INDÚSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA que, ao contrário do que a recorrente afirma, os erros apresentados pela INFINITY MULTISERVICOS LTDA seriam substanciais, afetando diretamente a proposta apresentada, haja vista que os produtos ofertados não atenderiam aos requisitos mínimos do edital e da lei.

Já a empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA alega, em síntese, que, considerando que o critério de julgamento do pregão em tela foi por lote e não por item, um preço abaixo do praticado no mercado poderia ser compensado por outro,

Comissão de Pregão I

ganhando assim, o licitante e a administração pública. Ademais, ressalta que seu custo é reduzido por estar localizada no município de Nova Friburgo, fato que justificaria o fornecimento da integralidade dos itens pelo valor ofertado. Destaca, ainda, que sua idoneidade seria inquestionável, posto que já foram contemplados em outros certames, cujas entregas teriam sido exercidas com pleno êxito, conforme seria possível comprovar por meio dos atestados de capacidade técnica apresentados.

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à alegação de que a proposta apresentada pela empresa MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA seria inexequível, vejamos a jurisprudência do TCU acerca da matéria:

"A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexequibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta." (Acórdão 3092/2014 – Plenário)

"A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento

Comissão de Pregão I

convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada." (Acórdão 1079/2017 – Plenário)

"É relativa a presunção de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração ofertar ao licitante a possibilidade de comprovar sua capacidade de bem executar o contrato com os preços propostos." (Acórdão 964/2010-Primeira Câmara)

"Em qualquer situação de suposta inexecutabilidade é inadmissível a desclassificação direta de licitantes sem que lhes seja facultada oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados." (Acórdão 79/2010 – Plenário)

"O exercício do juízo de inexecutabilidade demanda máxima cautela e comedimento, mostrando-se irregular a desclassificação de empresas sem que tenha restado demonstrado, de forma evidente, a impossibilidade de prestação do serviço pelo valor ofertado." (Acórdão 284/2008 – Plenário)

Conforme os julgados supramencionados, não cabe a desclassificação de proposta por inexecutabilidade sem que seja oportunizada ao licitante a apresentação de justificativas para os valores ofertados, o que foi feito satisfatoriamente pela MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA em suas contrarrazões recursais.

De acordo com o item 10.5 do Edital, o critério de julgamento das propostas seria o MENOR PREÇO POR LOTE, o que justificaria que, mesmo tendo ofertado preço abaixo do mercado para determinados itens, a empresa ainda poderia ter lucro, já que um item com preço menor poderia ser compensado por outro.



Comissão de Pregão I

Oportuno ressaltar que, conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 209/2023, a empresa MNJ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA confirmou, via chat, no dia 28/11/2023 às 14:36:07, os valores ofertados na última proposta readequada enviada, a qual perfaz o total de R\$ 1.872.650,20 (um milhão e oitocentos e setenta e dois mil e seiscentos e cinquenta reais e vinte centavos), tendo, ainda, ratificado a viabilidade do fornecimento do lote 1 em suas contrarrazões recursais.

Dessa forma, como o edital não apresenta critérios objetivos de classificação quanto à exequibilidade das propostas, não cabe a desclassificação sem que tenha havido demonstração objetiva da razão pela qual a proposta seria inexecutável.

Quanto à alegação de que as amostras apresentadas pela empresa INFINITY MULTISERVICOS LTDA não foram reprovadas pelos critérios do edital, vejamos o que diz o relatório da Coordenação de Nutrição Escolar: *"Contudo, a amostra apresentada pela empresa INFINITY MULTISERVICOS LTDA – LOTE 03, ITEM PÃO CARECA BISNAGUINHA, o conteúdo/peso do produto difere da descrição contida na embalagem original de 900g. Foi realizada aferição pelos profissionais técnicos deste Setor e constatou-se o peso a menor de 840g, conforme imagem em anexo I. Quanto ao ITEM BISCOITO DE POLVILHO, TRADICIONAL, o conteúdo/peso do produto difere da descrição contida no Edital, que prevê embalagem plástica original com 200g, os profissionais técnicos deste Setor constataram embalagem original, do produto de marca NAZINHA, com peso a menor de 70g, conforme Ficha Técnica e imagem em anexo II. Acrescenta-se que foi apresentada uma amostra de ITEM BISCOITO DE POLVILHO SABOR QUEIJO, o produto difere da descrição contida no Edital, que prevê biscoito de polvilho, tradicional, os profissionais técnicos deste Setor constataram que o sabor queijo entregue, difere das especificações do Termo de Referência, conforme Ficha Técnica e imagem em anexo III. Sendo assim, NÃO ATENDEM a descrição do objeto da respectiva aquisição, constando que foram*

Comissão de Pregão I

REPROVADAS pelos profissionais técnicos deste setor, após análise nutricional e sensorial, em desconformidade com a descrição, peso, do objeto e exigências do Termo de Referência, parte integrante do Edital”.

Conforme demonstrado no relatório supramencionado, as amostras apresentadas estavam em desacordo com as especificações exigidas no Edital, o que ensejou a correta desclassificação da recorrente.

V. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa INFINITY MULTISERVICOS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 209/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitadas as empresas MNJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA para o lote 1 e O. MAROTI INDÚSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA para o lote 3.

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 209/2023.

Nova Friburgo, 28 de dezembro de 2023.

KARLA
BRAGA
MACHADO:
0762050276
9

Assinado digitalmente por KARLA
BRAGA MACHADO:07620502769
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI, CN=KARLA BRAGA
MACHADO:07620502769
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Data: 2023.12.28 15:08:11-03:00
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

Karla Braga Machado
Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão I
Matricula: 990.996

MEMORANDO	
Data:	28 de dezembro de 2023
Memo GAB nº:	1165 /2023
De:	Setor de Nutrição
Para:	Comissão de Apoio do Pregão
Assunto:	Ref. Pregão Eletrônico n. 209/2023 - Lote/Grupo 1 – Hortifrutigranjeiro e Lote/Grupo 3 – Panificação
PA	Processo n. 15.887/2023 (apenso processo nº 35044/2023)

Trata-se de Recurso Administrativo da empresa licitante Infinity Multiserviços Ltda., inscrita no CNPJ sob n. 40.494.483/0001-42, em face do julgamento do Lote/Grupo 1 – Hortifrutigranjeiro e Lote/Grupo 3 – Panificação, após sua reprovação de amostras no parecer técnico por estar em desconformidade com o exigido no Pregão Eletrônico nº. 209/2023.

No que se refere ao Lote/Grupo 1 – Hortifrutigranjeiro, a Secretaria Municipal de Educação, acompanha integralmente o entendimento da Comissão de Apoio ao Pregão, por estar em perfeita consonância com as normas legais aplicáveis à espécie e aos princípios das licitações, por seus próprios fundamentos, não havendo que se falar em deferimento do recurso, ora proposto.

No que concerne ao item 21 – PÃO CARECA BISNAGUINHA, em parecer técnico de Análise de Amostras, Memorando SME nº 1.112/2023, a sua reprovação se deu por haver divergência no conteúdo/peso descrito na embalagem (900g) em relação ao peso aferido pela Comissão (840g) e, o item 22 – BISCOITO DE POLVILHO TRADICIONAL uma vez que o peso constante nas embalagens primárias foi de 70g, ao passo que o edital exigia embalagem contendo 200g. Acrescenta-se ainda que o Biscoito de Polvilho apresentado de forma adicional pela empresa era de sabor Queijo, contrariando mais vez o edital que exigia produto sabor “tradicional”.

Inicialmente, cumpre destacar que o Termo de Referência prevê a análise técnica nutricional (item 7.5.1) onde é verificada a informação nutricional, inclusive a rotulagem, que deve descrever de forma clara o peso do produto, validade e ingredientes.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

NOVOS TEMPOS,
NOVOS DESAFIOS

Processo Nº: 35.044/2023
Rubrica: *cp* Fls: 24

A quantidade exata do produto disponível para o consumidor, descontando o peso da embalagem ao peso do produto final deve corresponder ao descrito no rótulo, o que não ocorreu com a amostra item 21 – PÃO CARECA BISNAGUINHA, não se tratando apenas de erro material, por contrariar exigência constante no Termo de Referência, bem como na Regulamentação Técnica da Anvisa e legislação vigente.

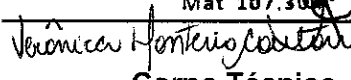
No caso da amostra apresentada do item 22 – BISCOITO DE POLVILHO TRADICIONAL devidamente acompanhada por sua ficha técnica, ambas descrevem o peso inferior divergente ao exigido no edital e ainda, a entrega adicional para o BISCOITO DE POLVILHO, diverge do edital quanto ao peso e ao sabor, não sendo meramente erro material, uma vez que foi escolha do licitante apresentar dessa forma os produtos, sabedor que seriam avaliados mesmo contrariando, mais uma vez, as exigências legais.

Vale frisar que uma das formas iniciais de garantir o fiel cumprimento cumprimento do edital, se dá pela exigência da entrega das amostras, cabendo ao licitante observar todos os itens exigidos em respeito aos princípios da legalidade, vinculação ao edital, eficiência e todos os princípios que norteiam o certame, porém, pelas amostras analisadas, restaram comprovadas as suas desconformidades e consequentes reprovações, não havendo que se falar em deferimento do recurso, reiterando o parecer técnico já exarado no Memorando SME nº 1.112/2023.


Bruno Valverde – Coordenador de
Nutrição Escolar
PMNF nº 107.315

Matrícula PMNF nº 107.315

Verônica M. C. Cordeiro
Nutricionista
CRN 4 09100720
Mat 107.304


Corpo Técnico


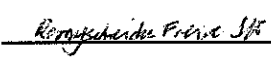
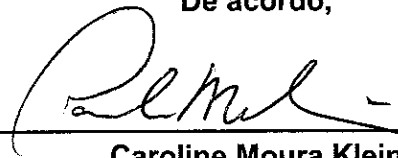


**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

NOVOS TEMPOS,
NOVOS DESAFIOS

Processo Nº: 35.044/2023
Rubrica ep. fls. 25

<p> Manuella Carostato Paria Nutricionista CRN-4 15100956 PMNF - Mat. 116.280 Corpo Técnico</p>	<p> Renata Freire Corpo Técnico Nutricionista CRN 961006978</p>
<p>De acordo,</p> <p> Caroline Moura Klein Secretária Municipal de Educação</p>	